OPINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU
ANO X - EDIÇÃO 251
R$ 2 - DE 16 A 22/3/2006

PSTU PROPÕE FRENTE DE ESQUERDA AO P-SOL

PÁGINAS 6 E 7

EXÉRCITO SITIA MORADORES DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO

PÁGINA 4

TV DIGITAL: MUITA GRANA E BARGANHAS ELEITORAIS

PÁGINA 8

CONFIRA RAIO X DO CONLUTAS ÀS VÉSPERAS DO CONAT

PÁGINA 12

CENSURA *Um general proibiu a exibição do filme Diários de Motocicleta, sobre Che Guevara, nas salas de aula da Fundação Osório, uma escola pública do Rio de Janeiro.*

PÁGINA DOIS

PROTESTOS *Há dias estudantes da França protestam contra uma lei que torna mais fácil a demissão de jovens em um emprego. Nas escolas e universidades estão ocorendo verdadeiras batalhas.*

AFINIDADE TUCANA

No dia 8 de março, o presidente do Banco Central e ex-deputado do PSDB, Henrique Meirelles, compareceu à uma festa promovida pelos tucanos. Deixando de lado as críticas aos juros altos promovidos pela equipe econômica de Lula, os tucanos festejaram com o antigo colega que, pra confirmar a camaradagem, até aceitou carona no jatinho do partido. "Não tem problema eu ir com eles. Com as asas tucanas, é capaz de o avião voar mais alto", disse.

BRASÍLIA CALLING

Enquanto o delegado Benedito Valencise prestava depoimento à CPI dos Bingos, no último dia 9, sobre a atuação de Palocci no comando do caixa 2 petista em Ribeirão Preto, de Londres onde estava o ministro ligou imediatamente para o presidente do Bradesco, Lázaro Brandão. Brandão ligou então para dois líderes da oposição no Senado para manifestar sua "preocupação" com o fato.

PÉROLA

"Estou rezando por ele"

FERNANDO BRANT, *deputado federal (PFL), beneficiado pelo acordão que o livrou da cassação, falando sobre a votação que também livrou a cara do deputado federal Luizinho (PT).*

CHARGE / *GILMAR*

GUERRA NO MORRO

GILMAR.

CAVEIRÃO

Foi lançada no último dia 13 no Rio uma campanha contra o "caveirão", o veículo blindado utilizado pela PM para invadir as favelas cariocas. Com o "caveirão", policiais podem atirar contra a população sem serem identificados. Inúmeras denúncias dão conta que o veículo é usado pela polícia para espalhar o terror nos morros do Rio. Além disso, o "caveirão" também já foi usado para reprimir manifestações sociais e greves. Para entrar em contato com a campanha: (21) 2544-2320 / 9977-4916. E-mail: redecontraviolencia@grupos.com.br

TÁ RECLAMANDO DO QUÊ?

Apesar do pífio resultado da economia em 2005, tem gente que não reclama. A lista publicada pela revista Forbes com os mais ricos do planeta dá conta que o número de bilionários no Brasil dobrou. Dos oito que compartilhavam a lista ano passado somaram-se mais oito. Entre os nomes destaca-se o de Dorothea Steinbruch, da Vale do Rio Doce e CSN.

PRESENÇA ILUSTRE

Entre os convidados que compareceram para festejar a absolvição do deputado mensaleiro Luizinho estava seu xará, Luiz Marinho, atual ministro do Trabalho e ex-presidente da CUT.

MEU CORAÇÃO...

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB) concederá aposentadoria especial para o deputado José Janene (PP-PR), acusado de ser um dos principais operadores do mensalão. O deputado afirma sofrer de problemas cardíacos, não podendo sofrer fortes emoções. Janene vai se safar da cassação e, de quebra, embolsar uma polpuda aposentadoria.

CONHEÇA O NOVO PORTAL DA LIT

Já está no ar o novo portal da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), no endereço **www.litci.org**. *O objetivo da reformulação foi tornar a página mais ágil, para responder aos principais fatos da luta de classes internacional, difundindo as análises e propostas políticas da LIT-QI e de suas seções nos países. Atualmente já estão funcionando as áreas em espanhol e em português, e em breve estarão disponíveis as em inglês e francês. Os principais temas disponíveis no portal são* **a vitória do Hamas na Palestina, a situação no Haiti, a campanha pela retirada das tropas imperialistas do Iraque e o Conat**. *No site, há um mecanismo de comunicação para que os leitores enviem seus comentários e sugestões. Também está sendo preparado um boletim eletrônico, com as novidades semanais, que será enviado aos interessados de todo o mundo.*

CORREIOS DEMITE TRABALHADORES EM PERNAMBUCO

HÁLISSON TENÓRIO, do Recife (PE)

A direção dos Correios demitiu mais de cem funcionários em todo o país e mais de 30 só em Pernambuco. As demissões ocorreram em represália à greve nacional da categoria em setembro do ano passado, depois de nove dias de enfrentamento com o governo Lula e a direção da ECT. Logo após a greve, a empresa atacou os ativistas demitindo sete companheiros grevistas o que culminou com protestos e paralisações em diversos setores da empresa. Já conseguimos duas reintegrações: via justiça do Trabalho, e outras quatro decisões sairão no próximo dia 22.

A categoria dos correios em Pernambuco já decretou estado de greve e está se mobilizando para uma grande paralisação no estado, enfrentando a maioria da direção da Fentect, dirigida pelo PT e PCdoB. O sindicato pernambucano foi o primeiro sindicato do estado a romper com a CUT e se voltar completamente para a construção da Conlutas, juntamente com o sindicato da categoria do Rio Grande do Sul, que prepara seu congresso para romper com a CUT. Chamamos as entidades a enviarem e-mails para o ministério das Comunicações, Presidência da República e a direção da ECT, exigindo a reintegração.

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Humaitá, 476 - Bela Vista - São Paulo - SP CEP 01321-010
Fax: (11) 3105-6316 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Larissa Morais, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **PROJETO GRÁFICO** Gustavo Sixel **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Mônica Biasi **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 3105-6316 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua Humaitá, 476
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01321-010 - (11) 3105-6316

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua A-41, Quadra B5, 258
Bairro Graciliano Ramos - Maceió - AL
(82)9903.1709 (81)9101.5404
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013
- Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823,
Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R.Fonte do Gravatá, 36,
Nazaré (71) 321-3632
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Rua C, Quadra C, 27 - Morada do Bem
Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700,
Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 -
Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre
Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul -
CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro,
nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4
(Esquina com Av. Independência)
(62) 9244-9090
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165,
Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 -
Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 -
Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 -
(34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2.519 - (91) 226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna,
147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320,
s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto,
391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sl. 4

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino
Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras,
66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco,
633 / 308 - Centro
niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62
- Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos,
45 - Centro
novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411
sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de
Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto,
362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim,
128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho,
70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16
Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ZONA NORTE - Av. Baltazar de Oliveira
Garcia, 2669 Sala 205
(Esquina com Manoel Elias)
(51) 3024-3419
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 /
3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos,
104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299,
Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248
- São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim
Pedroso de Melo, 18 (próximo
à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro - Av. João
Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 -
Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.ig.com.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867
campinas@pstu.org.br
GUARULHOS *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2
Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica
(11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro
Gualberto, 53 - Centro
(11) 4796-8630
www.pstu.org.br/altotiete
RIBEIRÃO PRETO
Rua Paraíso, 1011, Térreo -
Vila Tibério (16) 3637-7242
ribeiraopreto@pstu.org.br
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279
sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO -
R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
VILA MARIA - R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 -
Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de
Almeida, 498 - Vila Carvalho
(15)3211.1767
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos,
142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco
José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

DOIS MESES QUE PODEM SIGNIFICAR MUITOS ANOS

Neste período vai se realizar o Conat. E também vão se definir as alianças para as eleições. Dois meses que podem fazer avançar ou retroceder muitos anos na reorganização do movimento de massas no país.

Estamos no último ano do governo Lula, ou ao menos no último ano de sua primeira gestão. Os próximos dois meses vão definir as condições reais para construção de uma alternativa de esquerda, contra o desastre que significou esse governo para o movimento operário e a esquerda neste país.

O governo do PT foi capaz de ser a vanguarda do neoliberalismo na América Latina, o "capitão-do-mato" de Bush no Haiti. Transformou a CUT e a UNE em entidades chapas-brancas, quase agências do Ministério do Trabalho e da Educação. Igualou a "esquerda" e a "direita" no terreno da corrupção. Instalou uma gigantesca confusão na consciência de milhões e milhões de trabalhadores do país, que viram uma esperança se transformar em um pesadelo.

Muitos perderam a esperança de mudar o país, mas quando pensam na possibilidade de volta da direita, estão dispostos novamente a votar em Lula. Ainda que não tenham um décimo da expectativa de 2002, optam pelo "mal menor". Outros tantos se perderam no ceticismo, passando a descartar qualquer alternativa de esquerda, dizendo "olhe aí o que Lula está fazendo".

Mas um governo como o de Lula pode significar mais que um pesadelo ou a vitória do ceticismo. Pode abrir também a possibilidade de construção de uma alternativa de esquerda ao próprio PT, para um setor importante dos trabalhadores e dos jovens.

Isso teria uma enorme importância: uma alternativa política e sindical de esquerda permitiria um passo em frente para milhares de ativistas, milhões de trabalhadores. Caso isso não ocorra, a experiência feita se perderá na desilusão e no ceticismo. Uma parte dos que rompem com o PT e a CUT caminhará para a direita, outra se perderá no desânimo.

O PSTU está chamando o conjunto dos setores de esquerda, que se colocam em oposição ao governo Lula, a encararem este desafio. Estamos falando dos próximos dois meses, porque este é o desafio concreto. Neste período vai se realizar o Conat (Congresso Nacional dos Trabalhadores) convocado pela Conlutas. E também vão se definir as alianças para as eleições de outubro. Dois meses que podem fazer avançar ou retroceder muitos anos na reorganização do movimento de massas no país.

A preparação do Conat já começou, com as assembléias de eleição de delegados em todo o país, que vão ocorrer até 15 de abril. É possível que se reúnam ativistas representando sindicatos que contam mais de um milhão de trabalhadores em sua base. Podemos estar à beira de um fato histórico para o movimento de massas, a construção de uma alternativa à CUT.

Você que é um dirigente sindical ou ativista de oposição, que rompeu com a CUT ou Força Sindical e está disposto a construir uma nova alternativa para as lutas, entre em contato com a Conlutas, organize uma assembléia para discutir as propostas para o Conat.

Voltamos a chamar a esquerda da CUT e o P-SOL (que está dividido sobre este tema) a se somarem à construção da Conlutas.

É preciso evitar também a dispersão da esquerda no terreno eleitoral. A candidatura de Heloísa Helena pode ser um ponto de apoio para a construção de uma frente de esquerda, significando mais que uma candidatura do P-SOL. Pode ser a alternativa dos movimentos sociais, dos dirigentes das greves, das lutas populares e estudantis, a expressão eleitoral da reorganização do movimento de massas.

Para isso é necessário dar um caráter de classe a esta frente (excluindo alternativas burguesas, como o PDT), e fazer com que assuma um programa socialista. Para isso é necessário renunciar a uma pretensão hegemonista e autoproclamatória, buscando a composição de uma frente, respeitando os possíveis aliados, incorporando os movimentos sociais, o PSTU, o PCB. Também no terreno eleitoral é necessário apresentar uma alternativa unitária. A dispersão da esquerda em várias candidaturas fortalecerá a falsa polarização entre PT e PSDB-PFL.

Dois meses. Chamamos todos os que compreendam a importância estratégica destes dois meses, a se unirem conosco na construção da unidade da esquerda, tanto na preparação do Conat, como no terreno eleitoral.

FAVELAS SÃO SITIADAS NO RIO DE JANEIRO

EXÉRCITO utiliza pretexto do roubo de armas para ocupar favelas e agredir população pobre

JEFERSON CHOMA, *da redação*

No dia 3 de fevereiro, sete homens vestindo roupas camufladas e toucas "ninja" invadiram o Estabelecimento Central de Transportes (ECT), no bairro carioca de São Cristóvão, renderam e agrediram soldados responsáveis pela guarda e roubaram dez fuzis FAL e uma pistola.

Dois dias depois da ação, o Exército Brasileiro ocupou morros e favelas do Rio, em um total de dez comunidades. Entre elas, Nova Brasília (no complexo do Alemão), Morro da Providência (centro), Vila dos Pinheiros (Complexo da Maré), além dos morros do Dendê e da Mangueira e das favelas do Jacarezinho, Manguinhos, Jardim América e Parque Alegria.

Desde então, moradores dessas comunidades extremamente pobres e miseráveis estão sob a mira de canhões de 90mm dos tanques Cascavel. Cenas inimagináveis em bairros da Zona Sul da cidade ou em qualquer outro bairro de classe média ou de elite.

A população vem denunciando a ação do Exército, que está colocando barreiras, revistando automóveis e, como faz a Polícia Militar, agredindo moradores pobres. Na manhã do dia 6, um estudante foi morto com um tiro no peito. Eduardo Santos, de 16 anos, assistia a ocupação militar no Morro do Pinto quando foi assassinado. Segundo amigos, o estudante segurava um guarda-chuvas que teria sido confundido pelos militares com um fuzil.

No morro da Providência (o primeiro morro da cidade do Rio de Janeiro, formado no final do século 19 por sobreviventes de Canudos) soldados vasculhavam indiscriminadamente as casas das vielas, revistando até as crianças. No dia 10, uma tropa do Exército tentou subir o morro novamente. Moradores da comunidade, entretanto, organizaram um protesto tentando impedir a ação militar. O que se viu foram cenas de barbárie que em nada se diferenciam das ações das tropas brasileiras no Haiti. Câmeras de TV da Rede Bandeirantes registraram ao vivo e em cores cores imagens de soldados agredindo moradores, despejando rajadas de fuzis para o alto para "dispersar" a manifestação, prendendo arbitrariamente "suspeitos", enquanto a população se via no meio do fogo cruzado entre soldados e traficantes que disparavam de cima do morro.

TASSO MARCELO / AG. ESTADO

Soldados sobem escadaria no Morro da Providência

Além disso, o exército impôs toque de recolher na comunidade. A partir das 20h, crianças revistadas com grosseria, adultos estapeados, casas e comércios invadidos e depredados, proibição de uso da quadra de esportes, restrição à circulação das Kombis comunitárias. Entrevistado pela *Folha de S. Paulo*, o comerciante Paulo Mariano dos Santos, 25, mostrou as marcas de tiros nas máquinas de música e de jogos eletrônicos que mantém em seu bar.

Mas não são apenas as cenas de agressão e barbárie contra a população – majoritariamente negra – que tem alguma relação aparente com o Haiti. Muitos dos soldados envolvidos nas ações estiveram recentemente no país caribenho reprimindo a população, igualmente pobre e negra. Quer dizer, tiveram um "treinamento" prévio. Além disso, o efetivo total de soldados que sitia as favelas cariocas chega a 1.600, número maior do que todo o contingente no Haiti.

A utilização dos tanques não somente exibe o grau de desproporção da ação como também é uma profunda demonstração de como a asquerosa elite do país enxerga a população pobre e trabalhadora das favelas, tratada como um bando de bandidos e marginais.

Tal ótica, alicerçada num profundo preconceito social e racial, é compartilhada por Lula da Silva, o chefe das Forças Armadas e Rosinha Garotinho, a chefe da Polícia Militar estadual, além da imprensa carioca, especialmente a Rede Globo.

Lula, de pronto, declarou seu restrito apoio às tropas. Rosinha, por sua vez, forneceu a participação de soldados da corrupta polícia carioca. Ambos estão de olho nas eleições e se lixam para os horrores enfrentados pela população das favelas, tratadas agora como "inimigos de guerra".

DESTROÇOS DA CONSTITUIÇÃO

O exército subiu ao morro amparado por uma decisão da "Justiça". Uma decisão "pra lá de" questionável, mas que também mostra o real caráter de classe dessa instituição.

Perante o artigo 142 da Constituição, que delimita as funções das Forças Armadas, a operação militar é totalmente ilegal. Além disso, a barbárie militar também afrontou o artigo 5 da Constituição, que assegura a inviolabilidade da residência, bem como os artigos 240 e 243 do Código de Processo Penal e o artigo 841 do Código de Processo Civil, que cerceiam o direito de busca com a exigência de identificação de motivo e casa ou lugar específicos. Mas a lei, como todos sabem, não serve aos pobres.

EXÉRCITO PODRE

O roubo dos fuzis de dentro de quartéis do Exército no Rio não é nenhuma novidade. Ações como essa são recorrentes e contam com a cooperação de setores das próprias Forças Armadas. O quartel atacado foi muito bem escolhido, pois possuía um numero baixo de soldados, despreparados para resistir ao tipo de ação que foi realizada. Evidentemente, ninguém entraria num quartel militar sem essas informações.

Diante de uma desmoralização total das Forças Armadas, que não gostaria de se ver associada à imagem da corrupta polícia do estado, decidiu-se então a ocupação das favelas, cujo objetivo é asfixiar os traficantes, prejudicando o comércio de drogas.

Assim, não apenas se repete como se amplia o terror sobre a população, vítima das ações criminosas da polícia e dos marginais do tráfico de drogas. Os traficantes, por sua vez, aproveitam a oportunidade para ampliar seus poderes sobre a comunidade.

MANUTENÇÃO DA REPRESSÃO

O Exército afirmou que permanecerá nos morros até as armas serem recuperadas. O que é praticamente impossível. Todavia, não se pode descartar a possibilidade de serem forjadas a recuperação dos tais fuzis.

Mais do que uma trágica demonstração de incompetência, racismo e preconceito das Forças Armadas, a invasão das favelas expressa o real caráter do exército. As populações pobres são tratadas, em suas residências, como inimigos de guerra. Além disso, a ação abre um grave precedente para o Estado utilizar, sempre que julgar conveniente, o Exército para reprimir a população e agir diante de conflitos de natureza social.

Vaias para "carteirada" do general

O abuso de poder do Exército não se limitou às arbitrariedades cometidas contra a população pobre nas favelas do Rio. Na quarta-feira de cinzas, o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, deu uma "carteirada" (do tipo "você sabe com quem está falando?") para tentar embarcar num comercial da TAM. O general foi barrado porque o avião estava lotado. Arrogante, o general alegou compromissos inadiáveis em Brasília. A aeronave, já na pista prestes a decolar, recebeu ordens para voltar e buscar o generalíssimo. Ao entrar no avião, os passageiros não perdoaram e vaiaram o militar. Foi questão de horas, depois da divulgação dos fatos, para que o Exército publicasse nota a favor do general. Como se tudo isso não bastasse, José Alencar, ministro da Defesa, saiu da defesa da atitude de Albuquerque "Não houve exigência do general, ele é um democrata e gente de bem", disse.

RODÍZIO DE PIZZA

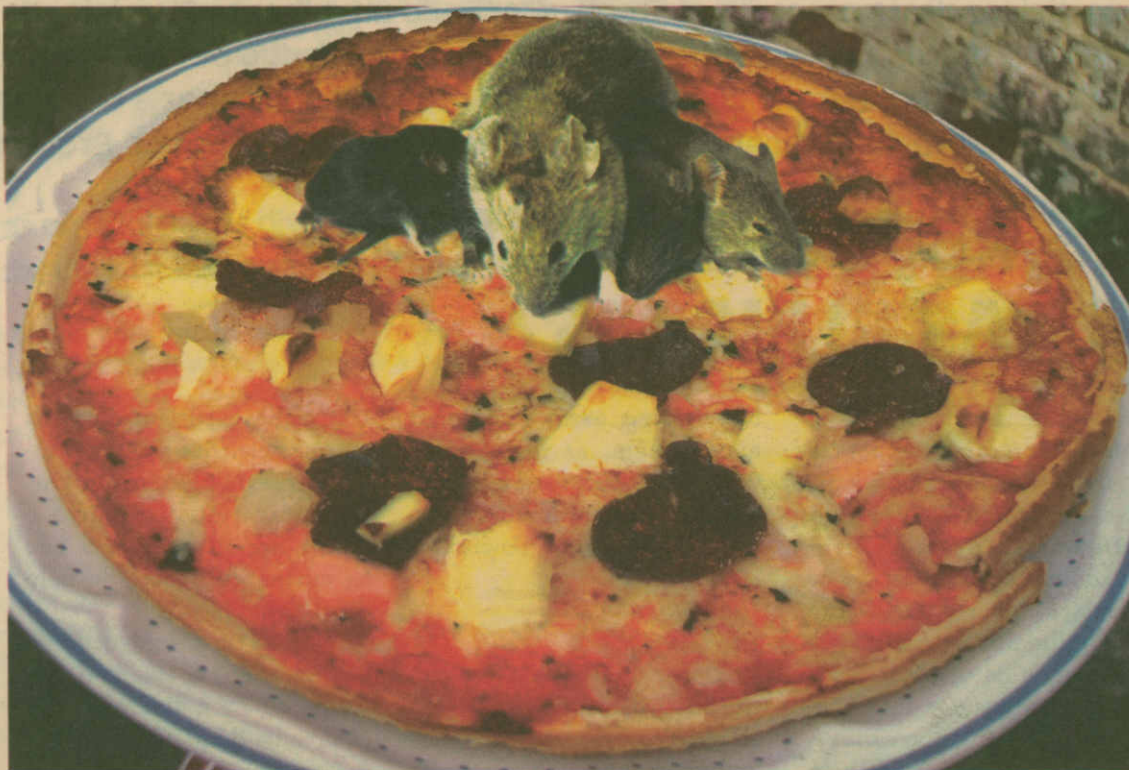
ABSOLVIÇÕES DE BRANT E LUIZINHO e corrida pré-eleitoral escancaram acordões e negociatas para que os mesmos se mantenham no poder

YARA FERNANDES, da redação

Os noticiários desta semana, que giraram em torno das definições de candidaturas e da festa da pizza no Congresso, desmascaram duas faces de uma mesma questão: não é possível remendar o sistema capitalista, não há saídas concretas para os problemas do país por dentro das instituições. Eleições e CPIs apenas passam um leve verniz nas caras-de-pau que estão no poder.

DUAS HISTÓRIAS QUE VÃO SE REPETIR

Os deputados Professor Luizinho (PT-SP) e Roberto Brant (PFL-MG) festejaram com champanhe e festa de arromba suas absolvições em plenário no dia 8 de março. A pizzaria rodízio que se instalou no Congresso comprovou o que já era dito desde o início pelo **PSTU**: as CPI's não resolvem nada pois colocam o julgamento da corrupção nas mãos dos próprios corruptos.

É explícito o acordão entre governo e oposição burguesa, para que todos os escândalos que marcaram o último ano terminem em uma ampla impunidade. As absolvições de Brant e Luizinho não serão as últimas. O próprio Roberto Jefferson já havia previsto: *"Vai escapar todo mundo"*. O deputado João Caldas (PL-AL) sequer fica ruborizado em reafirmar a profecia: *"Porteira que passa bezerro, passa boiada"*. A troca de favores entre governo e oposição é explícita, como disse o deputado Devanir Ribeiro (PT-SP). *"Não chega a ser um acordo, mas espera-se uma reciprocidade"*, admitiu.

CORRUPTOS CONFESSOS

Brant confessou ter recebido R$ 102 mil de caixa-dois para sua campanha à prefeitura de Belo Horizonte em 2004. Luizinho teve sua cassação recomendada por ser acusado de receber R$ 20 mil, através de um saque de seu assessor nas contas do publicitário Marcos Valério, para pagar campanhas de vereadores na grande São Paulo. Ambos estão livres das acusações e planejam nova vitória nas urnas.

Picaretas livrando Luizinho e Brant

Essa pizza começou a assar no ano passado. Já estava claro que o objetivo era salvar a maioria dos acusados, garantindo-lhes um retorno triunfal nas eleições de 2006. Os grandes "bodes expiatórios" do escândalo são únicos cassados até agora – Roberto Jefferson (PTB-RJ) e José Dirceu (PT-SP). Essa lista pára por aí.

Por outro lado, Luizinho e Brant se somam à lista dos intocáveis, cuja cassação já foi recusada em plenário, com base no acordão: Romeu Queiroz (PTB-MG), Sandro Mabel (PL-GO). Além disso, há ainda aqueles que renunciaram para fugir da provável cassação, como Valdemar Costa Neto (PL-SP), Carlos Rodrigues (PL-RJ), Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR). Mas a pizzaria ainda não fechou. Ainda há nove deputados aguardando que seus casos sejam avaliados. Os próximos a serem julgados, na semana que vem, são Pedro Henry (MT) e Pedro Corrêa (PE), ambos do PP. Todavia, para eles não há o que temer, há uma 'reciprocidade' entre os picaretas.

RUMO ÀS URNAS

O motivo do rodízio é a corrida pré-eleitoral. Todo mundo quer se livrar das acusações rapidamente, para começar a campanha e se manter no poder. O processo eleitoral de 2006 será a verdadeira finalização da crise, será o toque final, a azeitona da pizza gigante. *"Agora, é pensar o que fazer para a próxima [eleição]"*, resumiu o deputado João Caldas (PL-AL).

NEM PT, NEM PSDB

As CPI's foram uma forma encontrada pelo Congresso para jogar em suas próprias mãos a solução para a crise que se abriu no ano passado. Para evitar mobilizações das massas, para evitar cabeças cortadas e a descrença generalizada nas instituições, as Comissões foram criadas, discursos contra a impunidade foram feitos e os dois principais nomes foram cassados. O restante se salvou, o Congresso se salvou, o governo se salvou e a economia não se abalou. As eleições, por sua vez, completam a farsa da democracia dos ricos, dando a falsa idéia de fim de um ciclo, de recomeço.

Entretanto, a farra da pizza é explícita e o povo está vendo tudo. E as eleições também não são vistas hoje como grande solução para os problemas. A população vai votar de nariz tapado por que sente o fedor que exala da podridão do Congresso e do governo.

É necessário apontar para uma nova alternativa dos trabalhadores para enfrentar os trambiqueiros do PT, PSDB e PFL nessas eleições. Nem Lula, nem Serra/Alckmin. É preciso construir uma Frente Classista, com um perfil socialista, que unifique nas eleições e na luta os ativistas do **PSTU**, P-SOL, Consulta Popular, MST e PCB.

MST ACELERA OCUPAÇÕES E PREPARA ABRIL VERMELHO

LARISSA MORAIS, da redação

A luta contra o latifúndio e o agronegócio foi destaque da mídia na semana passada. Repetindo seu discurso raivoso, jornais e emissoras deixaram cair a máscara da imparcialidade ao condenar a Jornada de Lutas do MST e o ato das camponesas no Rio Grande do Sul.

A Jornada tem como objetivo preparar o Abril Vermelho do MST, para marcar a passagem dos dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás (PA). Até o dia 12, foram 55 ocupações de terra e de prédios públicos em todo o país. Apenas em Pernambuco foram 26 ocupações, com quase quatro mil famílias envolvidas, 150 presos e uma pessoa ferida.

'DESERTOS VERDES'

No dia 8 de março, antes de se destinarem ao ato de Porto Alegre, cerca de 2 mil mulheres, ligadas ao MST e a Via Campesina, realizaram uma manifestação em Barra do Ribeiro, a 56km da capital gaúcha. Elas ocuparam e destruíram as instalações do horto florestal da Aracruz Celulose, para denunciar as "conseqüências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos".

A mídia tratou logo de sair em defesa das "pesquisas de até 20 anos" que se perderam, como se a ciência fosse neutra e não estivesse a serviço de algo – no caso, dos reis do agronegócio. Até João Pedro Stédile, dirigente do MST, será processado, por ter defendido o protesto.

A Aracruz não é a instituição desenvolvida e progressista que a mídia mostra. Em 20 de janeiro, a empresa mobilizou um enorme aparato policial para destruir aldeias e expulsar 50 indígenas de suas terras em Aracruz (ES) e 12 pessoas ficaram feridas. A empresa coleciona denúncias de desrespeito aos indígenas e agressões ao meio ambiente, mas o governo parece não se importar: o BNDES destinará quase R$ 300 milhões à empresa.

Diante da ofensiva de repressão, é preciso que os ativistas se solidarizem com os movimentos que lutam pela reforma agrária e defendam até o fim o direito à livre manifestação.

PSTU PROPÕE UMA FRENTE DE ESQUERDA SOCIALISTA E CLASSISTA

As eleições de outubro já começam a polarizar a vida política do país e os socialistas revolucionários vão participar delas. A CONFERÊNCIA NACIONAL DO PSTU, depois de uma ampla e democrática discussão entre todos os militantes, por vários meses, decidiu participar deste processo eleitoral, propondo uma Frente Classista, de Esquerda e Socialista. Começamos neste número a publicar as conclusões desta discussão, iniciando por um elemento essencial: qual o objetivo dos revolucionários ao participar das eleições burguesas. A seguir publicamos a carta entregue pela direção do PSTU à direção do P-SOL em uma reunião recente, com a proposta de uma Frente de Esquerda

PARA QUE OS REVOLUCIONÁRIOS PARTICIPAM DAS ELEIÇÕES?

***EDUARDO ALMEIDA**, da redação*

A campanha eleitoral já dá seus primeiros passos. Os trabalhadores e jovens vão votar, mas com uma enorme e justa desconfiança. A postura tradicional dos partidos que representam o grande capital (como PSDB, PFL, PMDB, etc), é a de fazer promessas durante a campanha eleitoral para o povo, e depois governar para os mesmos grandes empresários que lhes financiam as campanhas. O PT, sobre o qual se depositou uma enorme esperança, ao chegar ao governo federal, fez exatamente a mesma coisa, governando para os ricos e afundando na corrupção. A crise política do semestre passado deixou marcas na consciência de muitos. É justo, portanto, que exista esta desconfiança nas eleições e nos partidos.

Os setores da esquerda parlamentar, adaptados as instituições do estado e ao parlamento, defendem a participação nas eleições com o objetivo único de eleger seus candidatos, e para isso reproduzem os mesmos vícios que levaram à degeneração do PT. Em oposição a essa postura, alguns setores de ativistas, a partir da desconfiança no parlamento, chegam à conclusão equivocada de que é melhor votar nulo.

Os socialistas revolucionários renegam estas duas visões.

PORQUE O VOTO NULO É UM EQUÍVOCO

Muitos ativistas honestos, excelentes lutadores, chegaram à conclusão de que as eleições são uma farsa e por isso defendem o voto nulo.

Estamos de acordo com eles, de fato votar e eleger governantes e parlamentares neste regime a serviço dos patrões não vai resolver nenhum problema dos trabalhadores. Trata-se de uma farsa, controlada pelos grandes empresários, que financiam as campanhas eleitorais milionárias dos partidos, controlam os meios de comunicação, e depois cobram seus favores no governo. Os candidatos vitoriosos, da situação ou da oposição, estão sempre ligados aos interesses destes grandes empresários.

Os banqueiros, por exemplo, financiam a campanha eleitoral do PSDB-PFL e do PT. Recentemente foi divulgado que nas eleições de 2004, o PT recebeu 7,9 bilhões de reais, mais que os 4,1 bilhões "doados" pelos banqueiros ao PSDB. Isso explica a política econômica do governo Lula, e os lucros astronômicos dos bancos. Qualquer que seja o ganhador das eleições de outubro, seja o PT ou PSDB, essa política vai ter continuidade.

Portanto, temos acordo que essa democracia é uma farsa. Mas isso é conhecido por um setor minoritário da vanguarda, dos ativistas. As grandes massas de trabalhadores e jovens vão votar, apesar de suas desconfianças. O voto nulo, neste sentido, deixa de disputar a consciência das massas. A conseqüência é que o campo fica aberto para os partidos dominantes, no momento o PT ou o PSDB-PFL. Uma postura de não participar do processo eleitoral ao invés de questioná-lo termina por facilitar a vida para os partidos dominantes.

Outra coisa, seria caso houvesse a possibilidade, junto com os trabalhadores, construir outro tipo de poder e de governo baseado nos organismos dos trabalhadores, em um processo revolucionário, ultrapassando a farsa da democracia burguesa. Ou ainda, caso existissem as condições para um boicote massivo das eleições, também em meio de grandes lutas revolucionárias. Como essas condições não existem, as massas vão votar, e os socialistas revolucionários devem ir junto, disputando sua consciência.

COMO E PARA QUE PARTICIPAR NAS ELEIÇÕES

O que diferencia os revolucionários não é se participam ou não das eleições, mas o que defendem nelas. A esquerda parlamentar e reformista centra toda sua atividade nas eleições e dedica sua campanha essencialmente à eleição de seus candidatos. Para isso, buscam alianças com partidos burgueses, atenuam seu programa de maneira a poder obter apoio de setores conservadores, deixam de lado as lutas diretas para se concentrar nas eleições. Esse foi o caminho seguido pelo PT, que terminou na degeneração que está hoje a vista de todos.

Os socialistas revolucionários entendem que a luta parlamentar é um ponto de apoio secundário da luta política. O essencial é a ação direta das massas, a luta de classes, as greves e outras mobilizações.

Os revolucionários utilizam a tribuna parlamentar para apoiar essas lutas diretas, divulgar o seu programa, e mostrar como o parlamento e as mesmas eleições são uma farsa. Conseguir eleger um parlamentar revolucionário é muito importante, mas não às custas de deixar de lado estes princípios.

Na eleição presidencial de 2002, o **PSTU** dedicou seu tempo de TV a divulgação da campanha do plebiscito sobre a Alca. Em 2004, dedicamos nossos programas eleitorais ao apoio à greve nacional bancária. Nas duas eleições, denunciamos a democracia dos ricos e defendemos que só a luta direta muda a vida.

A NECESSIDADE DE UMA FRENTE DE ESQUERDA CLASSISTA E SOCIALISTA

Em toda eleição existe um objetivo político concreto. Em 2006, o primeiro objetivo é concretizar um pólo de esquerda, que seja uma alternativa à polarização eleitoral entre os dois blocos burgueses dominantes hoje, capitalizados pelo PT e PSDB-PFL.

Existe uma grande ameaça, de que ao final do governo Lula, a maioria dos trabalhadores e jovens do país termine por optar entre essas duas opções que são iguais em termos programáticos. Depois de toda a experiência feita com a política econômica neoliberal, a corrupção explícita, a reforma da previdência, a aliança descarada com Bush, o enfrentamento com as greves, seria um retrocesso político que os setores fundamentais dos trabalhadores voltem a votar em Lula, para evitar a volta da direita.

A possibilidade de constituir este pólo exige a unidade dos setores de esquerda que se situam na oposição ao governo Lula, por mais diferenças que tenham. Evitar a dispersão da esquerda é uma necessidade para apresentar uma alternativa forte, que entre no grande jogo da disputa pela consciência das massas. A candidatura de Heloísa Helena pode ser um ponto de apoio para isso, se expressar uma frente de esquerda, classista e socialista, e não só o P-SOL, seu partido.

É necessário construir uma Frente Classista que represente uma terceira força, dos trabalhadores. Isso exclui os patrões e seus partidos, como PDT. Uma Frente Socialista, que apresente um programa antiimperialista e anticapitalista. Uma frente em que as distintas forças devem estar representadas com seu peso real nas candidaturas, sem comportamentos sectários.

PROPOSTA APRESENTADA PELO PSTU À DIREÇÃO DO P-SOL

Confira abaixo as propostas para iniciar as discussões sobre a constituição de uma Frente de Esquerda, Classista e Socialista para as eleições de 2006

1 Apresentamos neste texto algumas idéias para avançarmos na discussão e concretização de uma Frente de Esquerda, Classista e Socialista para as eleições de 2006.

A imposição do calendário eleitoral como saída negociada para a crise do ano passado está se materializando em uma falsa polarização PT x PSDB-PFL, dois blocos burgueses que na verdade defendem a mesma política econômica neoliberal, a mesma corrupção. Isso obriga os socialistas a buscarem a composição de uma alternativa dos trabalhadores, distinta dos dois blocos burgueses dominantes.

2 Esta Frente de esquerda também precisa se diferenciar de todas as falsas "alternativas de oposição" como o PDT. Este partido, mesmo na oposição ao governo, também representa setores da burguesia. Tanto no sul como no norte-nordeste, estão integrados no PDT grupos de latifundiários, perseguidores dos Sem-Terras. O PDT participa, em várias cidades importantes do país, de governos do PSDB, como em São Paulo. E está na direção da Força Sindical, tão ou mais pelega que a CUT.

Uma frente de esquerda real é uma frente de trabalhadores e não uma frente com a burguesia. O caminho das frentes eleitorais com partidos burgueses foi uma parte fundamental da trajetória lamentável do PT. Por isto reafirmamos a necessidade de uma Frente de Esquerda, Classista e Socialista, que inclua o **PSTU**, o P-SOL, o PCB e outras forças de esquerda, assim como fazemos um chamado para que o MST e outros movimentos sociais rompam com o governo e adiram a esta frente.

3 Esta Frente, a nosso ver, não é necessária apenas para as eleições. Consideramos muito importante que se efetive na luta direta dos trabalhadores, em dois sentidos principais. O primeiro é o do apoio às lutas, tanto as mobilizações salariais, como as lutas estudantis e populares, as ocupações de terras. O segundo é o apoio à formação de uma alternativa à CUT, a CONLUTAS. É necessário construir uma nova direção para s lutas diretas dos trabalhadores, perante a transformação da CUT em um braço do governo no movimento de massas.

4 A concretização da Frente em termos eleitorais, a nosso ver, deve estar apoiada em três elementos: o programa, a independência dos partidos burgueses e o respeito entre os partidos que a compõem.

a) Programa

- Por uma alternativa dos trabalhadores, contra os dois blocos burgueses dominantes (governo e oposição PSDB-PFL) Nem Lula, nem Serra!
- Oposição clara ao governo
- Contra a democracia dos ricos!
- Não pagamento da dívida externa e interna às grandes empresas!
- Pela retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti!
- Abaixo as reformas neoliberais! Revogação da reforma da previdência! Não à reforma sindical e trabalhista! Abaixo a reforma universitária!
- Prisão e confisco bens de todos corruptos e corruptores!
- Reforma agrária ampla e radical sob controle dos sem terras!
- Todo apoio às lutas dos trabalhadores! Todo apoio às greves! Solidariedade às ocupações dos Sem-Terras!
- Todo apoio às lutas dos trabalhadores de todo o mundo! Pela retirada das tropas imperialistas do Iraque! Todo apoio à resistência iraquiana!

CROMAFOTO

Militantes do PSTU e do P-SOL, no 8 de março em São Paulo

b) Independência política e organizativa da burguesia e seus partidos

Nenhuma aliança com partidos burgueses de "oposição" como o PDT. Nenhum financiamento da burguesia.

c) Respeito às forças que compõem a frente por seu peso social

É necessário que se respeite a força real dos distintos partidos e organizações que compõem ou podem compor esta frente, de acordo ao seu peso social. Não nos guiamos, em uma frente de esquerda, unicamente pelo peso eleitoral, mas pela implantação nos movimentos sociais, nos sindicatos e oposições sindicais, entidades estudantis e populares.

Partimos do pressuposto de que é natural que a candidatura à presidência da república seja da companheira Heloísa Helena, do P-SOL. No entanto, no marco de uma frente constituída pelo P-SOL, **PSTU** e PCB, reivindicamos para o **PSTU** o direito de indicação da vice-presidência, uma parte do tempo de TV nacional. Em nossa opinião devem ser realizadas também discussões acerca dessa composição em cada um dos estados em torno às candidaturas majoritárias e proporcionais, sempre levando em conta o mesmo critério do peso social dos componentes da Frente.

5 Consideramos muito importante a concretização desta frente por um acordo entre o P-SOL e o **PSTU**, assim como do PCB e as outras organizações de esquerda dos trabalhadores que se dispuserem. É muito importante também que se envolvam setores independentes e os ativistas que se queiram somar. Para isso defendemos a realização de um **Encontro Nacional aberto** desta frente com vistas a unificar todos estes setores, podendo ser útil inclusive para dirimir possíveis diferenças que porventura venham ocorrer no marco da Frente.

6 Por fim, propomos também que a presente reunião acorde um calendário de reuniões para que possamos levar à frente todas as tratativas referentes à constituição da Frente de Esquerda, Classista e Socialista.

SERVIDORES: GOVERNO NÃO CUMPRE ACORDOS DE 2005

É NECESSÁRIO unificar a Campanha Salarial para garantir acordos e derrotar o arrocho do governo

DA REDAÇÃO

A política de divisão do funcionalismo público imposta pelas direções governistas desde 2003, a fim de evitar um forte embate da categoria contra Lula, impõe cada vez mais arrocho aos servidores. Agora, até mesmo os rebaixados acordos firmados pelo governo para acabar com a greve do ano passado estão ameaçados.

DIVISÃO E ARROCHO

Durante esses anos, a ausência de um forte movimento da categoria possibilitou ao governo impor sua política de gratificações produtivistas, em detrimento de reajuste linear para todos os servidores. Além de aprofundar a divisão do funcionalismo, tal política ainda aumenta a disparidade entre servidores ativos e aposentados.

Em 2005 não foi diferente. A fim de acabar com a greve dos servidores num momento em que Lula vivia sua mais grave crise política, o governo investiu novamente com a política de acordos rebaixados. As direções, mais uma vez, rifaram a categoria em troca de meras promessas de acordos. Hoje, os servidores amargam, só durante a gestão Lula, quase 30% de defasagem salarial. Desde o governo FHC, o arrocho chega a 167,49%, segundo o Dieese.

CAMPANHA SALARIAL EM XEQUE

Em 2006, em pleno mês de março, quando os servidores deveriam estar discutindo os eixos da Campanha Salarial, o governo ainda nem cumpriu os acordos do ano passado. Alegando que os acordos estão condicionados à aprovação do Orçamento, o governo posterga seu cumprimento enquanto o congresso, por sua vez, adia indefinidamente a votação orçamentária.

Com isso, o governo planeja empastelar a Campanha Salarial deste ano, forçando os servidores a engalfinharem pelo cumprimento dos acordos enquanto chega julho, mês limite para aprovação de qualquer tipo de reajuste aos servidores em ano eleitoral. Ou seja, o governo quer, de uma só vez, liquidar os acordos rebaixados de 2005 e impedir a Campanha Salarial 2006.

UNIFICAR JÁ

Para garantir o cumprimento dos acordos é fundamental a unificação imediata de todo o funcionalismo público. Mais que isso, apenas um forte movimento unitário dos servidores contra o governo pode garantir os acordos e avançar na luta contra o arrocho da categoria. Essa luta vai estar associada à campanha pela anulação da reforma da Previdência, que foi aprovada pelo Congresso do mensalão.

Por isso, é necessário exigirmos, além do cumprimento dos acordos, 30% já reajuste linear para todos e lutar pela imediata anulação da reforma da Previdência. É fundamental construirmos pela base uma Plenária Nacional do funcionalismo entre o fim de março e a primeira semana de abril. Também é imprescindível que aprovemos um Dia Nacional de Luta para a segunda semana de abril, a fim de deflagrarmos de vez a Campanha Salarial 2006.

CONGRESSO DO ANDES APROVA CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA

Professores universitários indicam plenária nacional do funcionalismo para abril

O congresso do ANDES/SN, realizado entre 5 e 10 de março, em Cuiabá (MT) reuniu mais de 350 delegados de todo o país.

Dentre as principais discussões do evento, esteve a preocupação com a busca de unidade do funcionalismo público federal, para combater a política de arrocho salarial e a privatização mascarada – como as PPPs e o PROUNI – do serviço público, imposta pelo governo Lula.

Considerando a CNESF (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais), como fator decisivo para a aglutinação das organizações do funcionalismo federal, o congresso aprovou a deflagração imediata da Campanha Salarial dos SPFs, indicando a realização de uma plenária nacional em abril. Tendo em vista a divisão ocorrida nas campanhas salariais de 2004 e 2005, esta resolução assume um caráter de relevância para a retomada das lutas unificadas do funcionalismo, sobretudo na cruzada pela anulação da reforma da Previdência.

A lamentar fica a resolução sobre a Conlutas e o Conat. O Andes, que foi um impulsionador importante na construção da Conlutas, infelizmente aprovou a participação no Conat apenas como observador e votou contra a fundação de uma nova organização para a classe trabalhadora e os movimentos sociais, em alternativa à governista CUT. No entanto, contra a posição de setores anti-Conlutas, foi decidido que a relação da entidade com essa organização deve se manter no marco da unidade para lutar, e na cooperação para elaborar políticas que defendam os servidores, o serviço público e o conjunto dos trabalhadores.

A resolução não impede a eleição de delegados pela base ao Conat das Seções Sindicais. Assim, é preciso garantir as assembléias e uma boa representação dos professores do ensino superior no Congresso Nacional dos Trabalhadores.

8 DE MARÇO

MARCHA DO 8 DE MARÇO REÚNE 3 MIL EM SÃO PAULO

YARA FERNANDES da redação e ***LUCIANA CANDIDO*** de Porto Alegre

WLADIMIR SOUZA / CROMAFOTO

No dia 8 de março, cerca de 3 mil pessoas participaram da passeata paulista pelo Dia Internacional da Mulher Trabalhadora. A concentração teve início às 14h, na Avenida Paulista, de onde a passeata seguiu até o centro da cidade. Mais de 80 entidades participaram do ato, entre eles a Marcha Mundial de Mulheres, o MST, União Brasileira de Mulheres (UBM), movimentos sem-teto, CUT, Conlutas e Conlute, além dos partidos **PSTU**, P-SOL, PT, PCdoB, PCB, PCO e diversas organizações políticas.

Sendo uma marcha unitária, dirigida por setores aliados ao governo, não é de estranhar que Marta Suplicy tenha ocupado o palanque do ato. Marta falou durante a concentração, ressaltando a importância das mulheres ocuparem cargos no executivo e no legislativo. Apesar dos setores petistas e governistas presentes que aplaudiram a ex-prefeita, uma boa parcela engrossou o refrão chamado pela coluna da Conlutas: *"Ô, ô, ô Marta, que papelão, o seu governo é do mensalão!"*.

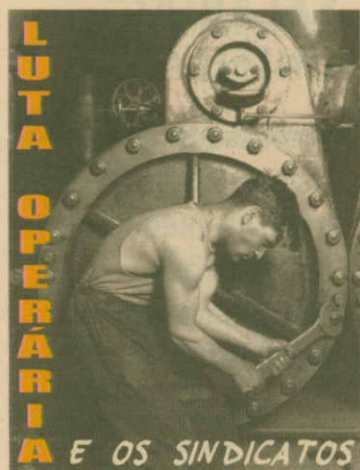
A chuva insistente que acompanhou o protesto desde o início não desanimou ninguém. As manifestantes responderam em coro que: *"Pode chover, pode trovejar. A mulherada da Conlutas não pára de lutar!"*. A ala da Conlutas foi uma das mais animadas, cantando os refrões durante todo o percurso, tendo à frente um caminhão de som que foi dividido entre **PSTU** e P-SOL, em importante unidade para a luta.

RIO GRANDE DO SUL TEM PROTESTOS DA CONLUTAS E CAMPONESAS

Em Porto Alegre o ato foi organizado pela Conlutas, na *Esquina Democrática*, no Centro da cidade. Participaram representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado, Sindicato dos Trabalhadores de Correios, Associação dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, Oposição Bancária e Oposição à Associação dos Servidores da UFRGS. A juventude esteve presente através da Conlute, que fez parte da construção da atividade. Também marcaram presença trabalhadoras em educação, em greve desde o dia 2, representando a oposição ao sindicato.

A maioria das falas manifestou a enorme contrariedade ao governo Lula, que aprofundou os ataques às mulheres ao invés de resolver os graves problemas existentes, criando uma secretaria fantasma e sem verbas – a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Houve no estado também outros protestos. Em Barra do Ribeiro, cerca de duas mil mulheres invadiram as instalações da Aracruz Celulose e atacaram o horto florestal da empresa, em um ato contra as enormes plantações de eucaliptos que podem ser vistas na região *(ver página 5)*.

O MARXISMO REVOLUCIONÁRIO E O SINDICALISMO REFORMISTA

O sindicalismo não se limitou à Inglaterra. Junto com o desenvolvimento do capitalismo industrial e do proletariado, já na segunda metade do século XIX, alcançou importantes países como a França, Alemanha e os EUA.

No seu interior desenvolveram-se várias tendências. Podemos dizer que surgiram duas tendências fundamentais: a reformista, representada pelo *trade-unionismo* e a social-democracia; e a revolucionária, representada pelos marxistas revolucionários por um lado, e pelos sindicalistas "revolucionários" e anarcosindicalistas, por outro. Vamos tratar neste artigo da primeira tendência.

SINDICALISMO REFORMISTA

Como vimos nos artigos anteriores, Marx lutou contra todas as tendências que, de uma forma ou de outra, negavam a importância dos sindicatos e das lutas econômicas. No entanto, tão logo os sindicatos e as lutas econômicas foram se afirmando desenvolveu-se no interior do movimento sindical uma tendência oposta: as que queriam limitar a ação dos sindicatos a assuntos salariais e da jornada de trabalho.

A resolução *Sobre os sindicatos, seu passado, presente e futuro*, adotada pelo I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), I Internacional, realizada em Genebra (1866), já tratava dessa questão. Nela se afirma que por *"infelicidade os sindicatos ainda não compreenderam completamente que se são necessários para a guerra entre os partidários do capital e do trabalho, sua importância é ainda maior como fator de organização para a supressão do regime assalariado"*. Observa que demasiadamente absorvidos por sua luta local e imediata contra o capital, ainda não haviam compreendido completamente a força de sua ação dirigida contra o próprio sistema de escravidão salarial. Por isso ainda se mantinham demasiado afastados dos movimentos gerais e políticos. Ressalta que os sindicatos deviam aprender a trabalhar conscientemente como centros da organização da classe operária para sua emancipação completa, não secundarizando os movimentos sociais e políticos que tenham esse fim.

Marx já havia tratado desta questão do ponto de vista teórico em seu informe ao Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – I Internacional – em 1865, publicado posteriormente sob o título *"Salário, Preço e Lucro"*. Nele ressalta a necessidade de se lutar não somente contra os efeitos, mas contra a causa das leis que subjugam o trabalho assalariado. Explica que o mais justo dos salários equivale necessariamente à mais injusta distribuição do produto do trabalho, já que a maior parte dele sempre vai para o capitalista e o operário tende a receber somente uma parte menor que somente lhe permite se manter em condições de trabalhar e se reproduzir. Portanto, a justiça da economia política tal como está determinada pelas leis que regem a atual sociedade estará sempre do lado do Capital.

Enquanto a sociedade se encontrar dividida em classes opostas – de um lado os capitalistas que monopolizam os meios de produção, a terra, as matérias-primas e as máquinas; de outro os operários que trabalham e se encontram privados de toda a propriedade sobre os meios de produção e só dispõe de sua força de trabalho – e subsista esta organização social, a lei do salário seguirá vigorando e reforçará cada dia mais os grilhões que fazem dos trabalhadores escravos. Não haverá verdadeira emancipação para a classe operária, enquanto ela não estiver de posse de todos os meios de produção e, portanto, de posse de todo o produto de seu próprio trabalho.

Ao final, a resolução sobre os sindicatos adverte que os sindicatos têm funcionado bem como centros de resistência contra as investidas do capital, mas que estavam fracassando por se limitarem a uma "guerra de guerrilhas" contra os efeitos do sistema existente, em vez de usarem suas forças como uma alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição do sistema de salários.

Ressalta a importância de que já havia alguns sintomas que indicavam que os sindicatos começavam a compreender sua missão histórica, dentre os quais cita a participação dos sindicatos ingleses, as *trade-unions*, na luta pelo sufrágio universal e resolução que adotaram na conferência de Sheffield (EUA), recomendando a todos os sindicatos a adesão à I Internacional.

HUGO GELLERT

No entanto, boa parte das *trade-unions* se opuseram a essa orientação. Acreditavam que os sindicatos deviam lutar por reivindicações predominantemente econômicas com o objetivo de se conseguir apenas uma melhora da situação dos trabalhadores dentro do sistema capitalista. Como decorrência haveria que se estabelecer uma relação conciliadora entre o capital e o trabalho. Surge neste momento a concepção reformista da atuação sindical, à qual denominamos *trade-unionismo* ou economicismo.

EXPLICAÇÃO PARA O SURGIMENTO DO SINDICALISMO REFORMISTA

Respondendo a uma carta de Marx, Engels já procurava encontrar uma explicação para as tendências conciliadores de Jones, dirigente cartista que defendia uma aliança com a burguesia liberal. Nela dá algumas pistas para explicar o *trade-unionismo* "puro", que nada mais era do que a tendência conciliadora no terreno sindical.

Ele atribui essas tendências ao "aburguesamento" do proletariado inglês. Isso se devia ao desenvolvimento industrial da Inglaterra; à sua transformação numa nação que passou a explorar todo o resto do mundo; aos tempos de paz social, onde predominaram as negociações e as concessões ao movimento operário; tudo isso, produziu uma aristocracia operária "aburguesada".

O reformismo acabou por se transformar numa tendência predominante no interior do movimento sindical. Andrès Nin, dirigente da Internacional Sindical Vermelha, ligada à Internacional Comunista, em seu livro *"Las organizaciones obreras internacionales"*, dá uma explicação de por que o reformismo era a tendência predominante na Europa e EUA até 1914: *"Antes da guerra somente uma minoria insignificante, aproximadamente um quarto, da classe operária estava organizada nos sindicatos. Era em sua maioria a chamada 'aristocracia operária', que graças aos salários elevados que recebia em conseqüência da exploração colonial, permitia que os capitalistas lhe jogasse algumas migalhas, se sentia atada à burguesia, e era fundamentalmente conservadora e corporativista, o que, em virtude de sua situação privilegiada que, por sua qualificação profissional, ocupava na indústria, estava dotada de maior cultura e tinha maiores possibilidades que os operários não-qualificados para ingressar nos sindicatos e pagar elevadas cotizações que se exigiam."*

No decorrer da história foram surgindo outras correntes reformistas. Ainda na etapa de ascensão do capitalismo, surge na segunda metade do século XIX na Alemanha, o sindicalismo ligado à social-democracia. Essa corrente, da mesma forma que o *trade-unionismo*, prega a colaboração de classes e uma transformação pacífica – através de reformas graduais – da sociedade capitalista. A diferença formal entre o *trade-unionismo* e a social-democracia é que enquanto o primeiro defende uma melhora da situação da classe operária por meio de reformas parciais dentro do capitalismo, os social-democratas defendem, teoricamente, a substituição do regime capitalista pelo socialismo. Ou seja, defende a transformação pacífica, por meio de reformas, do capitalismo ao socialismo. Com o objetivo de agrupar os sindicatos reformistas, social-democratas e *trade-unionistas*, foi criada em 1919, a Federação Sindical Internacional (FSI).

Além dessas, surgiram várias outras correntes reformistas. Sobre isso falaremos numa outra oportunidade.

'QUEM QUER DINHEIRO?"

COMO NO FAMOSO BORDÃO do Silvio Santos, grupos de telefonia e de comunicação disputam avidamente o controle do milionário sistema de TV digital a ser adotado no Brasil

GUSTAVO SIXEL, da redação

Em maio de 1997, a Vale do Rio Doce foi vendida por cerca de R$ 3,3 bilhões. A privatização foi alvo de protestos em todo o país e de uma batalha campal em frente ao leilão, no Rio de Janeiro. As previsões dos manifestantes eram corretas. Só no ano passado, a ex-estatal teve um lucro de R$ 10,443 bilhões. Agora, no governo Lula, está ocorrendo uma outra negociação, tão ou mais estratégica para o país. Segundo análise publicada pelo jornal *Estado de S.Paulo*, a TV digital deve movimentar mais de R$ 100 bilhões nos próximos 10 anos. Apesar de, entre os trabalhadores, não ter despertado nem a sombra do que foi a campanha contra a entrega do minério, por outro lado, os grandes grupos econômicos estão muito mais do que atentos.

Na disputa que envolve a escolha do padrão da TV digital e a tecnologia e os serviços que serão implementados, existem dois principais grupos de interesse, que atuam intensamente, com lobies milionários. De um lado, fabricantes de televisores e celulares, como Siemens, Philips e Nokia, aliados aos grandes grupos de telecomunicações, como a Vivo, defendem a adoção do modelo europeu de TV digital. De outro, empresas japonesas, como Nec Corporation, Panasonic e Toshiba, unidas às empresas radiodifusoras, especialmente a Rede Globo, agem pelo sistema japonês.

Os interesses são claros. As teles desejam poder atuar na distribuição de dados e produzir conteúdo para TV e equipamentos móveis, operação para a qual ainda não há regulamentação. A Globo, por sua vez, teme a entrada das operadoras neste mercado, cada uma com um tamanho infinitamente maior do que o seu. Acostumados a disputar com novelas mexicanas, os Marinho teriam de lidar com gigantes multinacionais.

CRÉDITO INTERATIVO

As possibilidades contidas na passagem da TV analógica para a digital são impressionantes. Além da qualidade de imagem, poderíamos assistir a programação no caminho para o trabalho, em equipamentos móveis; acessarmos até quatro canais por faixa, e teríamos interatividade, deixando de ser apenas "telespectadores". Poderíamos usar o televisor para serviços públicos, como o FGTS, comentar programas, ler e-mails etc.

Nada disso é que o que move os lobies. De ambos os lados, o que interessa são os milhões lucrados com a venda de televisores e conversores, com royalties da tecnologia usada, com a publicidade dos conteúdos exibidos e até com vendas de faqueiros por controle remoto. Gustavo Gindre, do Coletivo Intervozes, em pronunciamento aos deputados federais, resumiu o que está em jogo: *"Podemos usar este potencial para realizar o maior projeto de inclusão digital do mundo. Ou usar a interatividade para escolher quem vai para o paredão ou para comprar o vestido da mocinha da novela. O que parece mais relevante?"*, questiona.

No dia 8, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou reportagem indicando que o presidente escolheria o padrão japonês de TV digital (ISDB), indicado pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, e defendido com unhas e dentes pela Globo. Apesar dos desmentidos, tudo indica que, nos próximos dias, seja realmente esta a escolha do presidente, o que agradaria à Globo, já que o sistema japonês permite menor quantidade de canais, afastando assim a ameaça das empresas de telefonia.

Representantes do governo alegam que o padrão japonês seria mais vantajoso, pois este proporciona uma melhor qualidade de imagem e os japoneses teriam oferecido a instalação de uma fábrica de semicondutores no Brasil, o que permitiria transferência de parte da tecnologia usada. Na verdade, nenhum dos três sistemas de TV digital – o norte-americano, o europeu e o japonês – concordaram de fato com esta possibilidade, pois significaria abrir mão do controle sobre esta tecnologia e das divisas de sua distribuição mundo afora, inclusive por aqui. O consultor do consórcio japonês no Brasil chegou a negar publicamente que a instalação da fábrica estivesse garantida.

ESCUTANDO OS DONOS DA VOZ

Mesmo sendo o usuário a arcar com a maior parte dos custos – brasileiros gastarão cerca de 10 vezes mais do que as emissoras, com televisores, conversores e impostos – eles não foram ouvidos.

Tampouco o país precisaria, necessariamente, adotar um dos três padrões desenvolvidos pelas maiores potências imperialistas. Desde o início do debate, 22 consórcios de universidades e institutos nacionais têm realizado pesquisas para desenvolver um padrão alternativo, que se adotado, garantiria autonomia em relação à tecnologia estrangeira, menor custo para os adaptadores que todos teríamos de comprar, desenvolvimento industrial, e, conseqüentemente, empregos. O governo ignora a iniciativa.

A TV digital traz a tecnologia para avançar na democratização dos meios de comunicação, já que permite a criação de múltiplos canais. Em vez de canais de venda, imaginemos o avanço que seria a criação de canais para o movimentos sociais, onde, por exemplo, os sem-terras pudessem reagir à campanha contra suas ocupações.

É preciso que os movimentos sociais que já não têm mais ilusões neste governo assumam a luta pela democratização dos meios de comunicação, enfrentando os monopólios, grupos econômicos e famílias que controlam os veículos e denunciando o papel de Lula que, escolheu um ministro da Globo e fecha rádios comunitárias.

O QUE MUDA

• A qualidade da imagem é dada pelo número de linhas e de colunas de pixels. A TV analógica usa 480 linhas. A digital usa 1.080.

• Além do aumento da qualidade, o formato de tela também muda, passando para o horizontal, como o de cinema (16:9). O som passaria de 2 para 5 canais.

• Para poder assistir a TV digital, todos terão de comprar conversores ("set top boxes"), que custarão entre R$ 200 e R$ 600, ou novos televisores. O sinal analógico continuará sendo transmitido, por até 10 anos.

• OS SISTEMAS

EUROPEU (DVB-T)
Usado em 57 países.

JAPONÊS (ISDB-T)
Usado no Japão

NORTE-AMERICANO (ATSC)
Usado nos EUA, Canadá, México e Coréia do Sul.

ELEIÇÕES E TV DIGITAL: TUDO A VER

A disputa entre os dois principais grupos representa uma queda de braço entre um setor com grande poder econômico, o das teles, e outro, com grande poder político, a Rede Globo, conquistada a partir do monopólio. No fim, apesar de todos os milhões de dólares que movimentam, as teles parecem estar levando a pior. Se o dinheiro é o que faz a roda girar no capitalismo, algo deveria estar errado. Mas as coisas não são tão simples. O determinante para a escolha de Lula está sendo o fato de estarmos em um ano eleitoral, e estarmos vivendo o desfecho da maior crise política de seu governo.

Nesta conjuntura, torna-se perigoso contrariar interesses das emissoras, em especial a Rede Globo. O retorno aos noticiários dos episódios do mensalão, ou mesmo de outros casos, como os que envolvem o assassinato do prefeito Celso Daniel, os telefonemas de Palocci ou a empresa do filho de Lula, seriam perigosos para sua candidatura, ainda que esteja embalada nas pesquisas. Assim como há o acordão que livra a cara dos deputados no Congresso, a escolha do modelo de TV digital parece revelar outro toma-"lá-dá-cá", que garantiria boas notícias em troca da garantia do controle do mercado.

O debate sobre a TV digital arrasta-se desde 1999, mas, no fim, a lembrança de uma cueca no horário nobre foi decisiva para encurtar a conversa. Agora, Lula torce pela recuperação do jogador Ronaldo, para que o noticiário possa ficar tão "agradável" quanto o que era elogiado pelos generais da ditadura militar.

JOSÉ CRUZ / AG. BRASIL

Protesto de estudantes em Brasília, no dia 9 de março

UM NACIONALISTA NAS ELEIÇÕES PERUANAS?

JEFERSON CHOMA, *da redação*

A menos de um mês das eleições peruanas, marcadas para 9 de abril, a candidatura do tenente-coronel da reserva Ollanta Humala tem ganhado muito peso no país. De acordo com as últimas pesquisas, a candidata preferida dos empresários e do imperialismo, Lourdes Flores, da coalizão Unidade Nacional, conta com 33% das intenções de votos válidos. Já Humala tem 26% das intenções, o que significa que ele disputará o segundo turno das eleições.

Humala é visto pela esquerda reformista como um candidato nacionalista, antiimperialista e que, portanto, se encaixaria no mosaico formado pelos governos ditos "de esquerda" na América Latina. De fato, o "fenômeno Humala" reflete uma aspiração dos trabalhadores por uma opção à esquerda diante de um profundo descontentamento com anos de governos neoliberais submissos ao imperialismo. Uma análise mais cuidadosa da realidade peruana, contudo, mostra que o tenente-coronel guarda muitas diferenças com governos de Frente Popular, como o de Lula ou o de Evo Morales, na Bolívia, e com o nacionalismo de Chávez, na Venezuela.

Seu rápido crescimento eleitoral é uma expressão distorcida da combinação de dois elementos explosivos no país: uma profunda crise em que mergulhou o regime político instalado depois da queda de Fujimori e uma crescente polarização social.

A CRISE DO REGIME

Nos anos em que esteve no governo, Fujimori decretou uma guerra civil velada, utilizando o pretexto do combate aos grupos guerrilheiros. Dessa forma, reprimiu e assassinou milhares de lideranças sindicais e oposicionistas. Ativistas peruanos calculam que cerca de 70 mil pessoas foram eliminadas nesta guerra suja.

Seu governo foi um paraíso para os investidores estrangeiros. Com mão de ferro, aplicou a fundo a cartilha neoliberal, realizando a privatização de todas as empresas estatais peruanas e aniquilou os direitos trabalhistas. Dessa maneira, o aparato do Estado foi reorganizado para preservar e desenvolver os negócios das multinacionais e o controle do imperialismo sobre as riquezas do país.

Em 2000, um levante popular pôs fim à ditadura cívico-militar de Alberto Fujimori, que foi obrigado a fugir no país para escapar da fúria popular. Embora as massas tenham posto abaixo o regime, a crise foi canalizada pela via morta das eleições e Alejandro Toledo foi eleito presidente, prometendo mudanças.

Eleito, Toledo traiu as expectativas do povo, aproximou-se de Washington, aprofundou o neoliberalismo e manteve a corrupção e os típicos abusos de poder do governo anterior. Como se isso não bastasse tenta, no apagar das luzes de seu governo, celebrar um Tratado de Livre Comércio com os EUA.

Com o fim da ditadura, as eleições foram retomadas, mas o novo regime seguiu apoiado pelo mesmo aparato de Estado corrupto, autoritário e continuou sendo um instrumento das grandes corporações internacionais. Prova máxima de que as instituições do regime repressivo de Fujimori permaneceram intactas foi a manutenção da sua antiga Constituição – base fundamental do atual regime "democrático".

O resultado não poderia ser mais desastroso. O presidente termina seu mandato como o chefe de Estado mais impopular da América Latina. A impopularidade é tão grande que analistas avaliam que Toledo não vai conseguir garantir para seu partido nem os 5% de votos mínimos necessários para sobreviver.

Nem mesmo o ciclo de crescimento econômico neoliberal, tão comemorado pelo governo, consegue ajudar a popularidade de Toledo. Tal como no Brasil, o crescimento econômico está longe de se refletir em melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Apenas um punhado de ricos e as multinacionais aproveitam a bonança da economia.

No rastro da crise da democracia burguesa, a esquerda tradicional não é vista pela população como alternativa, uma vez que "suavizou" suas críticas ao governo (na prática sustentou Toledo) e aos planos neoliberais.

Os trabalhadores peruanos vêem com toda a clareza que a democracia dos ricos e corruptos está a serviço da rapina do país. O aumento da polarização social e a profunda crise da democracia burguesa e de seu Estado torna o Peru uma bomba de tempo que pode explodir a qualquer momento. E isso já começou a ser demonstrado. No ano passado, por exemplo, um levante armado contra o governo, realizado por setores do exército na cidade andina de Andahuaylas, teve um massivo apoio popular da cidade. O líder da ação foi Atauro Humala, irmão de Ollanta.

O "FENÔMENO"

Tais condições políticas e sociais criaram o cenário apropriado para a candidatura de Humala. Em 2000, ele ganhou bastante prestígio perante a população depois de comandar um golpe contra Fujimori. Assim Ollanta constituiu um capital político e encontrou respaldo em amplos setores populares sedentas por uma alternativa que reflita seu descontentamento.

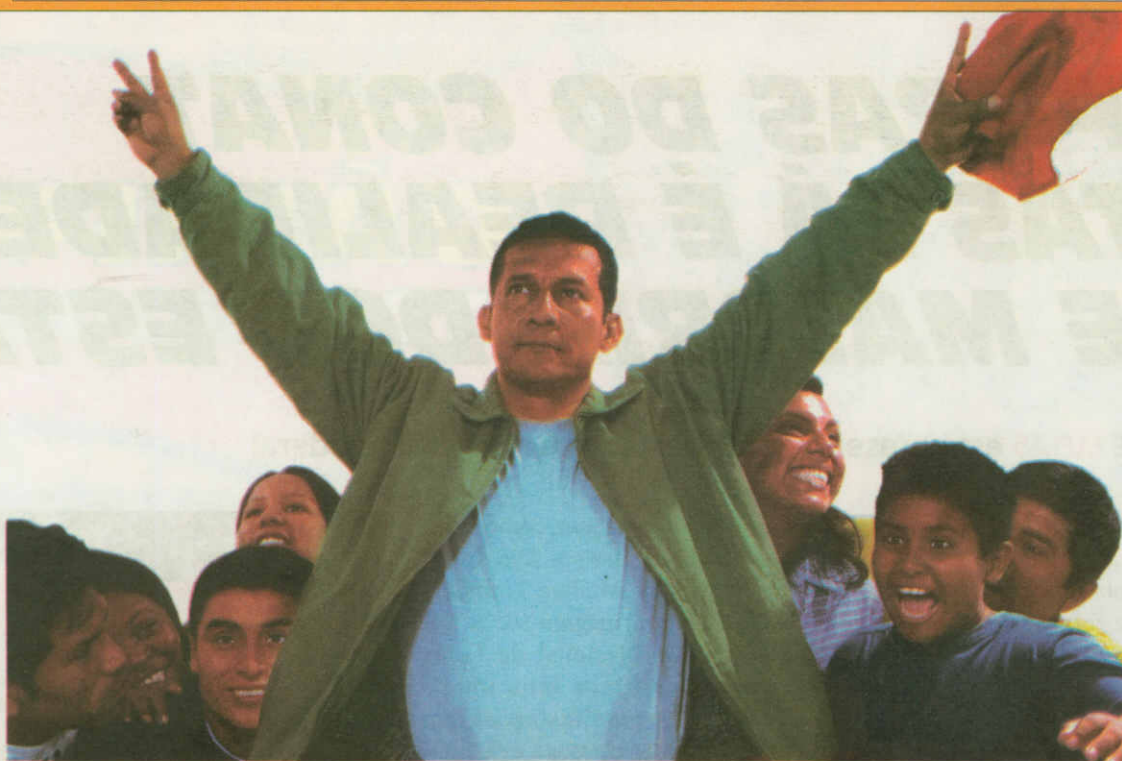
Humala surge como um candidato aventureiro, que mescla um discurso populista e supostamente nacionalista. Sua aproximação com Chávez e a vitória eleitoral de Evo Morales agregam, perante os olhos das massas populares, mais elementos a favor de sua candidatura.

Hoje Ollanta polariza o apoio dos setores populares contra a direitista Lurdes Flores. A vitória da conservadora é a opção mais coerente do imperialismo e da burguesia do país, pois garantiria a aplicação dos planos de recolonização e alinharia o Peru à Colômbia como cabeças-de-ponte da Alca. Isso não significa que, no caso de uma vitória de Ollanta, o imperialismo deixaria de se aproximar ao ex-militar. Ollanta, por sua vez, já demonstrou que isso não será problema e tenta, com suas declarações, parecer cada vez mais confiável aos EUA.

NEM FRENTE POPULAR, NEM NACIONALISTA

Seria um erro comparar Ollanta com fenômenos como Morales e Lula. Seu partido (o Partido Nacionalista Peruano), nada tem a ver com o PT ou com MAS boliviano, pois não é fruto das lutas sociais e sua direção não tem origem nos trabalhadores e camponeses. O PNP é simplesmente um aparato eleitoral sem relações orgânicas com os trabalhadores. Além disso, há um forte componente autoritário no PNP. Se as Frentes Populares decepcionam por aplicar neoliberalismo, Humala, por seu descompromisso com os trabalhadores terá o caminho mais livre para implementar esses planos. Ollanta é a sua máxima figura, possui um controle absoluto sobre a organização, decidindo e impondo sua vontade dentro dela.

A falta de compromissos orgânicos com os trabalhadores permite a Ollanta, no caso de assumir o poder, instituir um governo que se apóie nas Forças Armadas do país. É importante ressaltar que a candidatura do tenente-coronel é apoiada por amplos setores militares. Ollanta ainda é acusado de participar ativamente da guerra suja de Fujimori, eliminando adversários sob o codinome de "comandante Carlos". Esses componentes autoritários representam um enorme perigo, pois o ex-militar pode se tornar alguém que coloque "ordem" na casa, reprimindo o conjunto das organizações dos trabalhadores.

Muitos também identificam Ollanta como uma alternativa nacionalista. Em seus discursos, o candidato freqüentemente se refere ao ditador Velasco Alvarado, que governou o país nos anos 50 e estatizou os setores estratégicos da economia. Contudo, para além da retórica, a verdade é que Ollanta está a anos-luz de qualquer nacionalismo que entre em choque com interesses reais do imperialismo. Em seu programa, não há nenhuma proposta de nacionalização ou revisão das privatizações das empresas, suspensão do pagamento da dívida externa e ruptura com os acordos do FMI. Assim, Ollanta tenta ganhar a confiança do imperialismo e das elites dizendo que *"nunca foi de esquerda"*, ou afirmando que *"seria uma tolice buscar um enfrentamento com os EUA"*.

ÀS VÉSPERAS DO CONAT, CONLUTAS JÁ É REALIDADE NA GRANDE MAIORIA DOS ESTADOS

COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS está presente em 21 estados e no Distrito Federal

***DIEGO CRUZ**, da direção*

Superando os prognósticos mais pessimistas daqueles que ainda estão atrelados à CUT e ao governo Lula, hoje a Conlutas já é uma realidade nacional, marcando presença em nada menos que 21 estados brasileiros, em todas as regiões, além do Distrito Federal. O crescimento da Coordenação Nacional de Lutas desde o Encontro Nacional Sindical em Luziânia, há dois anos, é expressão da ruptura com a CUT, que ocorre em todo o país e, embora com algumas desigualdades, em todas as categorias.

A RUPTURA COM A CUT E O CRESCIMENTO DA CONLUTAS

Apesar da ruptura com o governo e sua central ter ocorrido primeiramente entre os servidores públicos, a categoria mais atacada pelo governo logo em seu primeiro ano de mandato, esse processo atinge também importantes setores dos trabalhadores da iniciativa privada. Prova disso é a atual composição da Conlutas que congrega, além de expressivos sindicatos do funcionalismo, entidades de peso dos trabalhadores como o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Fortaleza, da Construção Civil de Belém do Pará, Comerciários de Nova Iguaçu (RJ), dentre outros.

Os movimentos sociais também rompem com o governo e passam a apostar suas fichas na construção da Conlutas. A política de Lula de benefícios ao setor agro-exportador e o aumento da repressão no campo mostram claramente de que lado o governo está. Desta forma, vários acampamentos do MTL (Movimento Terra Trabalho e Liberdade) em Minas Gerais e Goiânia estão construindo a Conlutas, forjando no campo um instrumento de luta pela reforma Agrária.

UNIDADE COM QUEM LUTA

A expansão da Conlutas também rebate os argumentos que romper com a CUT significava o isolamento. A CUT, por outro lado, vê cada vez mais sindicatos se desfiliarem. O perdão das dívidas de centenas de sindicatos com a Central demonstra o esforço desesperado da CUT para garantir a participação dos sindicatos filiados no Concut, que se realizará este ano.

Por sua vez, a Conlutas aglutina cada vez entidades e vai se tornando um pólo de resistência aos ataques do governo que se expressa nas campanhas gerais, como foi a luta contra a reforma Sindical e Trabalhista, contra a corrupção e a política econômica do governo, o apoio às campanhas salariais das categorias e às manifestações como o recente 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora *(leia na página 9)*. A Coordenação Nacional de Lutas compareceu aos atos imprimindo às manifestações um claro caráter classista e de luta. Neste momento, está encaminhando a campanha pela anulação da reforma da Previdência e a campanha pela valorização do salário mínimo.

CONAT: FATO HISTÓRICO

O Conat, que se realizará nos dias 5, 6 e 7 de maio, será sem dúvida o catalisador de todo um processo. A fundação de uma nova alternativa nacional de luta dos trabalhadores será um evento histórico que marcará um novo momento da organização do movimento operário e popular no Brasil.

O número de entidades e oposições sindicais que anunciam sua participação no Congresso cresce a cada dia. A tabela abaixo dá uma idéia dessa participação, tomando como base o cadastramento das entidades concluído em dezembro de 2005. A cada dia novas entidades seguem anunciando sua participação no congresso, indicando que este será um evento vitorioso.

DIEGO CRUZ

Manifestação da Conlutas contra o governo Lula, em Brasília

Participação confirmada no Congresso Nacional dos Trabalhadores

(até dezembro de 2005 *)

ESTADO	ENTIDADES SINDICAIS	OPOSIÇÕES SINDICAIS/ MINORIA NAS DIRETORIAS	ENTIDADES DO CAMPO/ MOVIMENTO POPULAR
Alagoas	1	2	0
Amazonas	3	2	0
Amapá	7	2	0
Bahia	4	4	0
Ceará	9	2	0
Dist. Federal	3	5	0
Espírito Santo	1	0	0
Goiás	4	1	13
Minas Gerais	40	13	2
Mato Grosso do Sul	1	0	0
Pará	6	5	0
Paraíba	2	2	0
Pernambuco	3	3	0
Piauí	3	2	2
Paraná	3	2	0
Rio de Janeiro	11	17	2
Rio Grande do Norte	5	4	0
Rio Grande do Sul	7	7	2
Santa Catarina	4	6	1
Sergipe	7	1	0
São Paulo	20	32	10
Total	144	112	32

(*) NÃO ESTÃO COMPUTADAS AS ENTIDADES ESTUDANTIS